

Congresso se prepara para cassações

Angela Romito

A uma semana do encerramento da CPI do Orçamento, as atenções começam a se voltar para as comissões de Constituição e Justiça (CCJs) da Câmara e do Senado. As duas comissões serão responsáveis pelo destino dos parlamentares que forem indicados como culpados de manipularem o Orçamento. O relatório do deputado Roberto Magalhães deverá ser votado no próximo dia 24 e imediatamente depois será enviado às presidências das duas Casas para as devidas providências.

Nas duas Casas, os processos vão encontrar as CCJs em fase de mudança. No Senado, devido às novas filiações somente. Na Câmara, além da nova proporcionalidade, o mandato é de apenas um ano e somente expira a 15 de fevereiro. Para não haver interrupção do processo, um acordo de lideranças decidiu pela substituição dos atuais membros, com o compromisso de que esses novos indicados passariam a compor

por mais uma sessão legislativa a comissão.

Somente o presidente e os novos membros, que atenderão ao princípio de proporcionalidade, serão escolhidos a 15 de fevereiro. Essa decisão põe uma pá de cal na preocupação de um grupo de deputados, que estava apreensivo com a possibilidade de o processo perder a agilidade com a substituição, a partir de fevereiro, dos integrantes da CCJ.

Até sexta-feira, no entanto, nenhum líder havia indicado os representantes de seu partido, o que deve ocorrer ainda esta semana. Sequer foi aventada, ainda, a substituição dos atuais integrantes que estão sob investigação da CPI do Orçamento. Neste caso estão os titulares do PFL, Jesus Tajra (PI) e Messias Góis (SE); do PTB, Gastone Righi (SP); e do PP, Paulo Portugal (RJ); e o suplente, do PTB, Roberto Jefferson (RJ), embora já inocentado.

Negociações — Também ainda não havia sido definido o nome do deputado que deverá relatar o processo na CCJ que deve ser

proposto ao presidente da CCJ. As negociações devem ser retomadas esta semana, já que tanto Roberto Magalhães como Odacyr Klein, este vice-presidente da CPI, consideram-se impedidos por terem participado na fase de inquérito. Pelo princípio jurídico, quem acusa não pode atuar como julgador. A tendência é desmembrar o processo e indicar um relator por acusado.

Da CCJ do Senado, apenas dois suplêntes estão sob investigação: Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Teotônio Vilela (PSDB-AL). A CCJ do Senado não sofrerá modificação porque, diferentemente da Câmara, a gestão é de dois anos.

Além de Mansueto e Teotônio, estão sob investigação mais cinco senadores: (Humberto Lucena, PMDB-PB; Mauro Benevides, PMDB-CE; Ronaldo Aragão, PMDB-RO; Saldanha Derzi, PRN-MS; e Alexandre Costa, PFL-MA). Do total de 54 investigados, 43 são parlamentares, dos quais 36 deputados.